

Performance contradiz teoria do FMI

por Anatoly Kaletsky • Andrew Whitley do Financial Times

Que país latino-americano tem a probabilidade de ser a economia de crescimento mais rápido no mundo neste ano? Que importante devedor do Terceiro Mundo parece mais convencido de que o enfoque do Fundo Monetário Internacional (FMI) para com a crise da dívida internacional — mesmo da forma modificada do mês passado pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker — está fadado ao fracasso?

É estranho que o mesmo país possa proporcionar a resposta a essas duas perguntas. É ainda mais estranho que esse País seja o Brasil.

Há dois anos, as perspectivas do País em desenvolvimento mais endividado do mundo pareciam desanimadoras. No máximo ele parecia enfrentar uma recuperação lenta e frágil, dependente desesperadamente das incertezas da economia mundial e dos caprichos de seus credores estrangeiros. No entanto, como proclamou o presidente José Sarney há duas semanas em seu primeiro importante discurso econômico desde a reunião do FMI em outubro, o Brasil deve ter taxa de crescimento de 7% neste ano — um ano de fraqueza em todos seus principais mercados de exportação e de impasse com seus bancos credores.

Para o Fundo, os argumentos brasileiros são anátema

Ainda mais notável, a espetacular taxa de crescimento do Brasil não foi alcançada ao custo de suas obrigações estrangeiras. O crescimento tem sido combinado com enormes superávits comerciais. No entanto, para os bancos e para o FMI, há outro lado profundamente preocupante.

Como o presidente Sarney insistia há duas semanas passadas, o Brasil agora segue políticas completamente independentes dos conceitos do FMI. A possibilidade de que a economia do Brasil continue a se fortalecer, mesmo se suas relações com o FMI e com os bancos se deteriorarem mais ainda, tem implicações não só para o papel central do Fundo no problema da dívida, mas até mesmo para todo o consenso intelectual em favor da economia de livre mercado que veio a dominar o pensamento de desenvolvimento através do mundo.

Muitas das atuais políticas do governo — elevação dos salários no setor público, corte das taxas de juros domésticas em face dos excessos do meio circulante, indexação dos salários contra a inflação, controle rigoroso das importações — parecem ter sido especificamente projetadas para desafiar as injunções padronizadas do FMI. Pior ainda para o atual consenso econômico, parece haver pouco que alguém fora do Brasil possa fazer para colocar o País na linha.

Um enfoque diplomático poderia sempre sustentar, é claro, que as divergências entre o Brasil e o FMI são só sobre detalhes, não princípios. Posteriormente neste mês, o governo provavelmente anunciará algumas medidas ao estilo do FMI para cortar seu enorme déficit orçamentário e conter a exagerada inflação que é no momento a nuvem mais escura no horizonte econômico do Brasil.

Mas nem a substância do plano brasileiro nem a forma como ele é apresentado têm a probabilidade de serem aceitos pelas autoridades do FMI. Dilson Funaro, o ministro da Fazenda, insiste em que o programa econômico do Brasil “será absolutamente nosso próprio trabalho”.

Em direta contradição ao FMI, que sustenta que a inflação precisa ser reduzida como précondição para o crescimento mais rápido, os planejadores de política do Brasil agora afirmam que o crescimento é a pré-condição e a inflação mais baixa é o resultado. O crescimento aumentará as receitas do governo, cortará os déficits orçamentários, melhorará a produtividade e elevará os lucros, tornando a batalha contra a inflação bem mais fácil e menos dolorosa.

Os fundamentos mais firmes para a autoconfiança do Brasil, no entanto, estão não na teoria mas no terreno mais certo do atual desempenho da economia. Enquanto o País puder gerar grandes superávits comerciais e crescer sem

contrair novas dívidas, os bancos e o FMI não têm nem o direito nem a capacidade para interferir nas suas políticas domésticas, dizem as autoridades brasileiras.

Seu argumento suscita a questão importante do desempenho do Brasil. É realmente possível para um país em desenvolvimento como o Brasil crescer à média de 7% ao ano e ainda transferir a seus credores estrangeiros superávits comerciais de mais de 5% do PNB?

Até este ano, a maioria dos políticos do Terceiro Mundo, economistas do desenvolvimento e até mesmo banqueiros (em particular) teriam respondido com um sonoro “não”. Os superávits externos requeridos para servir as dívidas só poderiam ser gerados por meio de um prolongado período de apertado consumo doméstico.

No caso do Brasil, no entanto, é impossível negar a evidência das cruas estatísticas. O País está crescendo e as dívidas estão sendo pagas — os últimos dados mostram que a produção industrial subiu 12,4% no ano até setembro, enquanto os superávits comerciais continuam a ocorrer à média regular de US\$ 1 bilhão por mês.

Mas, as conquistas do Brasil não são nem seguras nem sem custo. Nem mesmo as autoridades do governo pensam que a economia pode continuar crescendo em seu ritmo atual muito mais tempo e a maioria dos autores de previsão do setor comercial acredita que a meta de crescimento de 5 a 6% do presidente Sarney se provará inatingível até o ano que vem.

Embora os autores da previsão se tenham provado consistentemente sombrios demais no passado recente, sua principal ansiedade é bem fundada. É a ameaça de uma explosão da inflação, como a que destruiu a experimentação da Argentina com políticas expansionistas, ainda neste ano.

A inflação, na realidade, é o novo disfarce com que a dívida externa voltou a rondar a economia do Brasil. A geração dos superávits comerciais de US\$ 12 bilhões requeridos para pagar as contas de juros do Brasil é só metade do ajuste econômico requerido para enfrentar o problema da dívida. A outra metade é canalizar os 5% do PNB, necessários para os pagamentos da dívida, desde o setor privado, para os cofres do governo. Isso pode ser feito numa das quatro formas — aumentando os impostos, cortando os gastos públicos, tomando empréstimos nos mercados financeiros domésticos ou imprimindo dinheiro.

Importações totais não chegam nem a 6% do PIB

O governo está usando uma combinação de todos esses métodos, mas com a ênfase na tomada de empréstimo e na impressão de dinheiro. Inevitavelmente, isso significa crescimento explosivo da dívida pública doméstica e constantes perigos de acelerar a inflação. Na realidade, o Brasil como nação está conseguindo suportar seu encargo da dívida externa, mas está evitando as duras decisões sobre como esse encargo deve ser dividido entre trabalhadores, empresas e beneficiários dos gastos do governo.

Mais cedo ou mais tarde, o Brasil terá de enfrentar a questão de como financiar os pagamentos da dívida sem inflação. Mas o governo acredita que esse assunto pode ser postergado por vários anos, talvez até o reinício de fluxos de capital em grande escala. Nesse meio tempo, os brasileiros continuarão a ser protegidos das piores devastações da inflação de 200% por seu sistema generalizado de indexação.

Para o FMI, esses argumentos são um anátema. A menos que um país aceite o aperto fiscal imposto por suas obrigações do serviço da dívida, a inflação inevitavelmente se acelerará e eventualmente destruirá sua economia — este é o alfa e o ômega das crenças do Fundo.

Se o FMI estiver certo e os brasileiros errados, então, dentro de um ano mais ou menos, o Brasil poderá novamente confrontar uma decisão pavorosa: deflacionar a economia ou tornar-se insolvente em sua dívida externa.

As autoridades, no entanto, estão confiantes de que nenhum drama desses está

em perspectiva, pelo menos no futuro próximo. Elas apontam para a recente história dos preços brasileiros, que sugere que tem sido possível estabilizar a inflação durante vários anos por vez.

Elas também enfatizam, mais convincentemente, o contraste na estrutura econômica entre Brasil e países como a Argentina e o Peru, que tentaram e falharam em encontrar seu caminho de crescimento acima dos problemas da inflação e da dívida externa.

Essa diferença estrutural é a razão derradeira pela qual as autoridades brasileiras podem adotar atualmente uma alegre despreocupação perante os bancos e o FMI.

O Brasil, hoje, é menos dependente das importações do que quase qualquer outro país no mundo. Uma longa história de substituição de importação, apoiada por controles de importação e pesado investimento direto de parte de multinacionais norte-americanas e européias, produziu uma economia extraordinariamente autoconfiante.

Neste ano, a conta de importação total do Brasil será responsável por menos de 6% do PNB. Por esta medida, o Brasil é menos

dependente do comércio exterior do que os EUA, a Índia ou mesmo a China, cujas importações chegam, grosso modo, a 8% do PNB. Mesmo essas comparações deixam de configurar exatamente a escala da autodependência industrial do Brasil; fora o petróleo, a proporção da importação é só 3%, um dado que provavelmente não é igualado por nenhum outro país.

Grande dúvida é o fôlego para novos investimentos

Os preços do petróleo em baixa trabalharam fortemente em favor do Brasil; mas mesmo no corte das contas do petróleo a substituição da importação desempenhou uma parte importante, por meio da exploração petrolífera e de projetos hidrelétricos, juntamente com a conversão altamente subsidiada da frota de carros do País para o uso do álcool.

Então, o Brasil parece um preciso contra-exemplo da sabedoria convencional,

que sustenta que os países em desenvolvimento só podem ser bem sucedidos diminuindo as barreiras comerciais e integrando-se com a economia mundial. Há, no entanto, duas advertências vitais a respeito do modelo brasileiro.

A primeira é simplesmente que a substituição de importação é uma opção sensata só para países grandes o suficiente para apoiar economia de escala e mercados competitivos através de todo o espectro dos setores industriais.

A segunda advertência é que a atual auto-suficiência do Brasil deve algo ao colapso do investimento desde a crise da dívida. Os bens ao consumidor importados representam só 0,4% do consumo privado do Brasil, mas a proporção das importações de bens de capital em relação ao investimento total tem sido em média de 5,3% desde 1979. Assim, o maquinário estrangeiro será substancialmente acrescido aos requerimentos de importação do País, uma vez que recomece o investimento em grande escala.

Um problema relacionado surgirá no nível macroeconômico. Uma vez que a recuperação do consumo comece a chegar aos limites da capacidade indus-

trial, as poupanças domésticas têm a probabilidade de se provarem insuficientes para financiar uma alta de investimento, juntamente com os continuados pagamentos sobre a dívida externa.

Exatamente quando essa fase chegará é a questão-chave para o Brasil e seus credores estrangeiros. João Sayad, ministro do Planejamento, acredita que há suficiente capacidade não utilizada para o crescimento liderado pelo consumo continuar mais três ou quatro anos antes de a necessidade de novo investimento começar a colocar pressão sobre o balanço de pagamentos. Outras autoridades acreditam que Sayad talvez seja superotimista e o prazo seja de dezoito meses, mais ou menos.

Mas não importa quando venha o aperto, mais cedo ou mais tarde, quase todos os brasileiros concordariam com duas afirmações. Surgirá eventualmente uma contradição entre a necessidade do País de novo investimento e sua capacidade para transferir recursos a seus credores. E, se esse conflito precipitar outra crise de dívida, desta vez serão os credores, não os brasileiros, que terão de fazer o ajuste.